



RDN Concessões e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 02.221.531/0001-30
Companhia Aberta

Relatório da Administração (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020	Var %
Margem EBIT ajustada (b)	(61.45%)	2.60%	(64.05)
EBIT (c)	(480.054)	20.578	(2432,85%)
Margem EBIT	(51,74%)	2,07%	(53,81)
(+) Depreciação e amortização	1.012.868	554.172	82,77%
EBITDA (b)	532.814	574.750	(7,30%)
Margem EBITDA	57,42%	57,80%	(0,38)
(+) Provisão de manutenção (d)	(13.675)	6.773	301,90%
EBITDA ajustado	519.139	581.523	(10,73%)
Margem EBITDA ajustada (e)	66,46%	73,50%	(7,04)
Resultado financeiro líquido	(39.389)	(45.185)	(12,83%)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(519.443)	(24.607)	2010,96%
Imposto de renda e contribuição social	1.330	(15.309)	1086,69%
Prejuízo líquido do exercício	(518.113)	(39.916)	1198,01%
Endividamento bruto (f)	-	438.368	(100,00 %)
Investimentos (caixa)	199.286	226.258	(11,92 %)
Veículos equivalentes (em milhares)	82.337	84.955	(3,18)

(a) Custos e despesas: os itens apresentados neste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia, por função nos seguintes grupos: custos dos bens ou serviços prestados, despesas gerais e administrativas, outros resultados operacionais. (b) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida afeta os custos totais. (c) Calculados de acordo com a Instrução CVM 527/12. (d) A provisão de manutenção refere-se a estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. (e) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais. (f) Somatório das debêntures de curto e longo prazo (líquidos dos custos de transação). **2.2.1. Receita operacional bruta (excluída a Receita de Construção):** O tráfego consolidado do ano de 2021 apresentou um acréscimo de 3,18% sobre o mesmo período de 2020, considerando veículos equivalentes. No contexto da pandemia do COVID-19, tivemos a redução gradativa do isolamento social graças a imunização da população com efeito direto em nosso tráfego de veículos de passeio. Tivemos um aumento de 4,52% em relação ao mesmo período 2020. **Reajustes de tarifas de pedágio:** Conforme o Contrato de Concessão nº 075/97, assinado entre o Estado do Paraná, por intermédio do Departamento de Estradas e Rodagem - DER ("DER/PR"), e a Companhia (cláusula XIX - do reajuste da tarifa básica), a tarifa de pedágio deve ser reajustada anualmente no dia 1º de dezembro, com base na variação acumulada dos índices de reajuste da fórmula paramétrica, determinada contratualmente. Não obstante, embora os cálculos para o reajuste da tarifa em 1º de dezembro de 2020 tenham sido validados pelo DER/PR conforme prevê o Contrato de Concessão, as tarifas das praças de pedágio sob administração da Companhia foram reajustadas somente em 24 de abril de 2021, com base no acordado preferido nos autos do Agravo de Instrumento nº 060373592020400000, em trâmite perante a 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Considerando que o lapso temporal entre a previsão contratual e o reajuste efetivamente aplicado trata-se de fato que desequilibra o fluxo contratual, a Companhia já solicitou o ajuste perante o Poder Concedente. **Término do acordo de leniência:** Conforme à obrigação prevista no Acordo de Leniência celebrado com a força-tarefa Lava Jato do Ministério Público Federal no Paraná ("MPF"), ("Acordo de Leniência"), além da Companhia ter reduzido a tarifa em 30% em favor dos usuários de todas as praças de pedágio sob sua administração, de 27/04/19 até 13/10/20, concluindo o pagamento de R\$ 350.000 a título de reparação de danos, também realizou 13 (treze) obras prioritárias de março de 2020 até 27 de novembro de 2021. **2.2.2. Custos Totais:** Os custos totais apresentaram um acréscimo de 44,59% em relação a 2020. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo: • Os serviços de terceiros cresceram 117,91% devido às ações de manutenção e conservação das rodovias provenientes do encerramento da concessão. • Os custos e despesas de depreciação e amortização somaram R\$ 1.012.868 no ano de 2021. O crescimento de 82,77% decorre dos investimentos que entraram em operação e do encerramento da concessão que propiciou a amortização substancialmente dos ativos até 27 de novembro de 2021. **2.2.3. Resultado Financeiro:** No ano de 2021, as operações financeiras da Companhia geraram um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 39.389, 12,83% a menos comparando a um resultado negativo de R\$ 45.185 em 2020. A variação do resultado financeiro refere-se à redução de juros pela quitação das debêntures, apesar da alta de juros pelo contexto econômico do país. **2.2.4. Dívida:** Em 2021 a Companhia quitou todas as debêntures emitidas. Em 26 de junho de 2021, houve a quitação da 7ª emissão - 1ª série no valor de R\$ 50.000. Em 16 de novembro de 2021, houve a quitação da 5ª emissão no valor principal de R\$ 126.626 e da 6ª emissão - 2ª série no valor de R\$ 210.195. **2.2.5. Investimentos:** No ano de 2021, em continuidade ao programa de manutenção rodoviária, foram concluídas manutenções em 67,6 km de rodovias, com a recomposição das condições do pavimento e da sinalização, proporcionando maior conforto e segurança aos usuários. Em razão do Encerramento do Contrato de Concessão realizado em 27 de novembro de 2021, a Companhia realizou intervenções de pavimentação, sinalização, drenagem e outros serviços em toda a malha viária do Lote 05. Destaca-se que foram concluídas todas as obras de melhoria e ampliação da capacidade que estavam em andamento: na rodovia BR-376, localizadas entre o km 394+500 e km 388+156, entre o km 333+500 ao km 328+000, entre o km 316+300 ao km 308+300, entre o km 286+600 ao km 296+000, entre o km 265+200 ao km 260+200, entre o km 411+200 ao 431+000, entre o km 394+500 e o km 403+000, totalizando 62,5 km de rodovias duplicadas, bem como realizou a implantação de 19 viadutos/pontes, 02 passerelas e 07 correções geométrica (curvas). **3. Estratégia e Gestão: 3.1 Governança Corporativa:** A Companhia é uma sociedade por ações pertencente a CCR S.A. ("CCR"), que detém 100% do seu capital social. A gestão da Companhia, fundamentalmente, está estruturada em dois grupos: • Conselho de Administração: integrado por representantes da empresa acionista, com a participação dos diretores da Companhia, que acompanham o desempenho da Companhia e traçam os grandes projetos; • Comitê de Gestão: formado pelo Diretor Presidente, Diretor Operacional e principais gestores da Companhia. Coube ao Comitê operacionalizar as atividades da Companhia e suas relações com os clientes - os usuários das rodovias, as comunidades

localizadas nas áreas de abrangência das rodovias administradas, as Polícias Rodoviárias Estadual e Federal, o DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, o DER/PR - Departamento de Estradas de Rodagem e os Acionistas. O cargo de Diretor de Relações com Investidores da Companhia é exercido pela Sra. Thais Caroline Borges. A Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Rua Dr. Caminho, nº 121, bairro Colônia Dona Luiza, na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná e no endereço eletrônico www.rdnoroute.com.br/ri. A Sra. Thais Caroline Borges pode ser contatada pelo e-mail relacoescominvestidores-rodoroute@grupocr.com.br. **3.2. Gestão de pessoas:** Servindo a uma região com mais de 3 milhões de habitantes, a Companhia ofereceu empregos diretos e indiretos numa contribuição bastante valiosa para o desenvolvimento das comunidades onde atua. Um dos mais destacados efeitos sociais do regime de concessão foi a elevada geração de empregos proporcionada. A Companhia encerrou a Concessão empregando 612 colaboradores diretos e 2.448 terceirizados e contratou mais de R\$ 500.000 aos cofres públicos. Os benefícios vão além: os empregos geraram renda, que por consequência, incrementaram a economia de todas as regiões beneficiadas direta e indiretamente pelo trabalho de vida. Além disso, a geração de empregos, aumentando a arrecadação de impostos e proporcionando melhoria da qualidade de vida. Além dos empregos e da renda gerada, destacamos outro benefício: a qualificação. Em 2021, foram 3.250 horas de treinamento, online e presenciais, abordando diversos temas, como: Ambientação para novos colaboradores; Reciclagem do Atendimento Pré-Hospitalar; Normas Regulamentadoras (NR05, NR35, NR23); Capacitações nos módulos do Sistema SAP; Programa de Governança; Programa de Compliance; Segurança da Informação; Desenvolvimento de Lideranças (PMI, Atração e Seleção; Nova Plataforma de Gestão de Pessoas); Protocolos de Prevenção ao Coronavírus. **4. Sustentabilidade:** A sustentabilidade subsidiada pelos pilares ESG é um tema estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento. Nossa cultura de sustentabilidade permeia os negócios e é fortalecida por uma estrutura de gestão dedicada a avaliar e mitigar os riscos, potencializar as oportunidades a fim de ampliar os impactos positivos nos vieses ambientais, sociais e econômicos em nossas operações. Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança para que a sustentabilidade ocorra de forma transversal em todo o Grupo CCR, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura. A atuação do Comitê de Riscos e Reputação, que assessora o CA, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem o desenvolvimento dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, ao aprimoramento das relações com os stakeholders e à organização das doações e patrocínios a projetos socioambientais. A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade do Grupo CCR é decidida de forma colegiada através da Diretoria Executiva, do Comitê de Gente e ESG e do Conselho de Administração da CCR. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para as divisões de negócio. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos socioambientais é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento socioambiental. Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. • Código de Ética; • Política do Meio Ambiente; • Política de Mudanças Climáticas; • Política de Responsabilidade Social; • Política de Gerenciamento de Riscos; • Política da Empresa Limpa. Para conhecer essas e outras políticas do Grupo CCR, acesse seção de Governança através do endereço abaixo: www.ccr.com.br/ri. Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual e de Sustentabilidade (RAS) de forma integrada, adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatórios Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela *Global Reporting Initiative* (GRI). Para ler edição mais recente do Relatório Anual e de Sustentabilidade acesse <http://www.grupocr.com.br/sustentabilidade/relatorios>. **4.1. Iniciativas voluntárias:** O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável. Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são: • Pacto Global (Organização das Nações Unidas - ONU); Iniciativa da ONU que dissemina 10 Princípios a serem seguidos por companhias que ambientam agir com responsabilidade e sustentabilidade. • Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável. • *Carbon Disclosure Program* (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor. • *Global Reporting Initiative* (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa. • Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse *framework* é explicar para os stakeholders como a companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais. **4.2. Instituto CCR:** O Instituto CCR, entidade sem fins lucrativos, criado em 2014 responsável por gerir o investimento social do Grupo CCR, proporcionando transformação com apoio a projetos via leis de incentivo, campanhas institucionais e programas proprietários. O foco do Instituto CCR é a inclusão social por meio de iniciativas de geração de renda, saúde, educação, cultura e esporte. Saiba mais em <http://www.instituto.ccr.com.br>. **4.3. Reconhecimentos e Prêmios:** O modelo de negócio sustentável do Grupo CCR e das suas controladas tem sido reconhecido pela sociedade continuamente. Em 2021, a Companhia recebeu o prêmio e reconhecimento de destaque abaixo: *Selo Clima Paraná:* A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná (SEMA) com o apoio da Federação das Indústrias do Paraná (FIEP) premiou em 2021 as empresas participantes do Selo Clima Paraná, certificação oferecida para as companhias que aderiram ao registro público de emissões de gases de efeito estufa com base referencial de 2020. A Companhia recebeu o Selo Ouro, demonstrando compromisso com a gestão de carbono, processo indispensável para o controle de emissões e resíduos, além do uso adequado de água e energia. **5. Considerações Finais: 5.1. Agradecimentos:** Agradecemos aos acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e parceiros pelo apoio e confiança depositados e, em especial, aos nossos colaboradores pelo profissionalismo e dedicação em suas atividades. **5.2. Auditores Independentes:** Informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não contratou seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos a auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes. **5.3. Cláusula Compromissória:** A Companhia está vinculada a arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social.

Ponta Grossa, 20 de abril de 2022. Administração

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	2021	2020	Nota	2021	2020
(Valores expressos em milhares de reais)					
Receita operacional líquida	18	927.852		18	994.329
Custos dos serviços prestados					
Custo de construção				(146.680)	(203.136)
Reversão (provisão) de manutenção				13.675	(6.773)
Depreciação e amortização	10, 11 e 13	(1.007.882)		(551.889)	(551.889)
Custo com poder concedente				(16.776)	(16.374)
Serviços				(102.201)	(71.795)
Custo com pessoal				(25.547)	(33.533)
Materiais, equipamentos e veículos				(15.847)	(11.807)
Outros				(2.938)	(2.440)
				(1.303.736)	(897.747)
Prejuízo (Lucro) bruto				(375.884)	96.582
Despesas operacionais				0	0
Despesas gerais e administrativas				0	0
Despesas com pessoal				(15.879)	(11.754)
Serviços				(50.940)	(20.556)
Materiais, equipamentos e veículos				(1.710)	(907)
Depreciação e amortização	10, 11 e 13	(4.936)		(2.283)	(2.283)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos				(2.355)	(4.754)
Reversão (provisão) para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários				18.493	(20.506)
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros				(728)	(423)
Contribuições a sindicatos e associações de classe				(382)	(138)
Gastos com viagens e estadias				(139)	(134)
Aluguéis de imóveis e condomínios				(683)	(641)
Reversão para perda esperada - contas a receber				23	577
Água, luz, telefone, internet e gás				(692)	(454)
Provisão de obras a realizar				(20.401)	-
Ressarcimento ao usuário				(3)	(2.068)
Outros				(857)	(2.833)
				(81.429)	(66.874)
Acordo de leniência				(25.943)	(9.852)
Outros resultados operacionais				3.202	722
Resultado antes do resultado financeiro				(480.054)	20.578
Resultado financeiro	19	(39.389)		(45.185)	(45.185)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social				(519.443)	(24.607)
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8	1.330		(15.309)	(15.309)
Prejuízo líquido do exercício				(518.113)	(39.916)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	2021	2020
(Valores expressos em milhares de reais)		
Prejuízo líquido do exercício	(518.113)	(39.916)
Outros resultados abrangentes	0	0
Resultado abrangente do exercício	(518.113)	(39.916)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar	
Saldos em 1º de janeiro de 2020	240.191	(86.154)	(315.963)
Aumento de capital em 04 de novembro de 2020	65.000	-	65.000
Aumento de capital em 05 de novembro de 2020	233.000	(120.000)	113.000
Integralização de capital em 07 de dezembro de 2020	-	42.000	42.000
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(39.916)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	538.191	(78.000)	(135.879)
Integralização de capital em 07 de janeiro de 2021	-	78.000	-
Aumento de capital em 07 de julho de 2021	306.000	(306.000)	-
Integralização de capital em 08 de julho de 2021	-	50.000	50.000
Integralização de capital em 03 de agosto de 2021	-	50.000	50.000
Integralização de capital em 09 de Agosto de 2021	-	35.000	35.000
Integralização de capital em 03 de setembro de 2021	-	30.000	30.000
Integralização de capital em 08 de setembro de 2021	-	29.000	29.000
Integralização de capital em 05 de outubro de 2021	-	45.000	45.000
Integralização de capital em 08 de novembro de 2021	-	20.000	20.000
Integralização de capital em 13 de dezembro de 2021	-	25.000	25.000
Aumento de capital em 22 de dezembro de 2021	33.000	(33.000)	-
Absorção de prejuízo acumulado em 19 de maio de 2021	-	243.558	243.558
Prejuízo líquido do exercício	-	(518.113)	(518.113)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	871.191	(55.000)	(48.534)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	2021	2020
(Valores expressos em milhares de reais)		
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(518.113)	(39.916)
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.330)	7.008
Depreciação e amortização	1.012.816	554.111
Baixa do ativo imobilizado e intangível	4.544	114
Juros e variação monetária sobre debêntures	48.411	42.013
Capitalização de custo de empréstimos	(10.017)	(18.409)
Resultado de operações com derivativos	(6)	-
Constituição (reversão) da provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários	(15.218)	23.484
Atualização monetária da provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários	577	304
Constituição (reversão) da provisão de manutenção	(13.675)	6.773
Ajuste a valor presente da provisão manutenção	2.000	3.737
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(72)	79
Juros e variação monetária sobre mútuo com partes relacionadas	1.851	7.193
Ajuste a valor presente do arrendamento mercantil	-	6
Depreciação arrendamento mercantil	52	61
Juros e variação monetária sobre acordo de leniência	2.505	10.442
Provisão para perda esperada - contas a receber	(23)	(577)
	514.302	586.423

Variação nos ativos e passivos (Aumento) redução dos ativos

	2021	2020
Contas a receber	43.161	(14.548)
Contas a receber - partes relacionadas	54	11.998
Impostos a recuperar	10.945	(12.621)
Adiantamento a fornecedores	20	186
Despesas antecipadas e outras	5.927	5.352
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(33.740)	45.902
Fornecedores - partes relacionadas	(3.903)	3.576

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: 1.1. **Constituição e objeto:** A Companhia teve seu pedido de cancelamento de registro na CVM em 23 de dezembro de 2021 e passou a ser uma sociedade anônima de capital fechada domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada à Rua Dr. Caminho, nº 121, bairro Colônia Dona Luiza, na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, CEP 84.045-240. A Controladora da Companhia é a CCR S.A. A Companhia foi constituída em 3 de novembro de 1997, teve por objetivo a recuperação, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração do lote nº 5 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná, com um total de 567,8 quilômetros, mediante cobrança de pedágio, inclusive prestando serviços de socorro médico, serviços de guincho e reboque de veículos, serviços de informação ao usuário e demais atos correlatos necessários ao cumprimento do objeto, durante o prazo de 24 anos a partir da emissão da ordem de serviço, ou seja, até 27 de novembro de 2021, e após o encerramento da concessão. Em 27 de novembro de 2021, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia alterou sua denominação social e estatuto social de Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. para RDN Concessões e Participações S.A. e entrou em um processo de dormiência até que os assuntos decorrentes do contrato de concessão sejam solucionados. O lote nº 5 é constituído pelas rodovias: (i) BR-376, entre Apucarana e São Luis do Puruã, passando por Ponta Grossa; (ii) BR-277, entre São Luis do Puruã e Curitiba; (iii) BR-151, entre Ponta Grossa e Jaguariaíva; e (iv) Lote 05, compreendendo rodovias de acesso a pontos de pedágio do contrato de concessão de lote, não oneroso, previsto e obrigação de realização de investimentos. A principal fonte de receita foi a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 24 de junho de 1998, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados "trabalhos iniciais", conforme definido no Programa de Exploração do Lote e pôde ser reajustada anualmente, tendo como

base o índice de preços de consumo no município de Ponta Grossa, com reajuste de 0,0024% em todas as suas praças de pedágio. **1.2. Outros fatos relevantes:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. Abaixo listamos os principais processos que tiveram andamento em 2021. São eles: **a. Processo de encampação:** Em 4 de julho de 2003, foi publicada a Lei nº 14.065/2003, autorizando o Esta-

do do Paraná a encampar a Companhia, nos termos da legislação e contrato de concessão. A Companhia propôs a ação judicial nº 2003.34.00.028316-4 em 22 de agosto de 2003, contra a União, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o Estado do Paraná e o DER/PR com o propósito de impedir a encampação da concessão. Os trabalhos da comissão de encampação foram suspensos com base em liminares concedidas em ações similares propostas pelas outras concessionárias paranaenses. Em 23 de março de 2020, o Estado do Paraná e DER protocolaram manifestação esclarecendo que o objeto da ação proposta em 2003, era o de evitar a encampação dos serviços concedidos, o que não ocorreu, motivo pelo qual entenderam pela perda do objeto da demanda. Em 25 de março de 2020, a Companhia protocolou petição informando que não se opõe ao reconhecimento da perda superveniente do objeto da ação. Na mesma data, o Ministério Público Federal, juntou parecer opinando,

concluindo que a encampação da Companhia não é mais necessária, tendo em vista que a concessão já se encontra em processo de encerramento. *continua*

RDN Concessões e Participações S.A.

continuação

prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem líquida de impostos é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. **o) Arrendamento mercantil:** O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. O Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Os pagamentos do arrendamento incluem: (i) pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa; (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; (iv) o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (v) pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Quando o passivo de arrendamento é mensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "direito de uso em arrendamento" e passivos de arrendamento em "passivo de arrendamento" no balanço patrimonial. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 13. **a) Adoção inicial de normas novas e alterações:** A Companhia, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2021, as seguintes novas normas: As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. **Reforma da taxa de juros de referência - Alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40 e CPC 11:** As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de *hedge* decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40 e CPC 11 relacionados a mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e contabilidade de *hedge*. **Arrendamentos - Alterações ao CPC 06 (R2):** Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos de arrendamento em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 como se fosse uma modificação de arrendamento. Este expediente é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorrida como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas: a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança; b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021); e c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento. **b) Novas normas ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 31 de dezembro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia: • Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06) após 30 de junho de 2021; • Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25); • Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido - alterações ao CPC 27; • Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15; • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26; • Contratos de seguros - CPC 50; • Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 26 (IAS 1); • Definição de estimativas contábeis - alterações ao; e • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32). **3. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC):** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 20 de abril de 2022, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

	2021	2020
Idade de vencimento dos Títulos		
Créditos a vencer	660	43.794
Créditos vencidos até 60 dias	1.101	1.105
Créditos vencidos há mais de 180 dias	2.118	2.141
Total de contas a receber	3.879	47.040
(a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão; (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à Companhia e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e (c) A Provisão para perda esperada - contas a receber e outros créditos, reflete a perda esperada da Companhia. 8. Imposto de renda e contribuição social: a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - rendimentos e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:		
	2021	2020
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(519.443)	(24.607)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	176.611	8.366
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	6.376	(10.501)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	47	(348)
Incentivos relativos ao imposto de renda	-	151
Outros ajustes tributários	1	27
IR e CS não constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(171.927)	(9.454)
Provisões/atualizações do acordo leniência	(9.778)	(3.550)
Imposto de imposto de renda e contribuição social	1.330	(15.309)
Despesas correntes	-	(8.301)
Impostos diferidos	1.330	(7.008)
	1.330	(15.309)
	0,26%	(62%)
Alíquota efetiva de impostos		
b. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:		
	2021	2020
Reconhecido	55	(55)
Valor Ativo fiscal	(55)	-
Passivo fiscal	-	-
Diferido	515	(515)

	2021	2020
Provisão para participação nos resultados (PLR)	55	(55)
Provisão para perda esperada - contas a receber	515	-

	2021	2020
Provisão para participação nos resultados (PLR)	941	(886)
Provisão para perda esperada - contas a receber	924	(409)
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	979	(312)
Provisão de manutenção	28.857	(11.997)
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(26.056)	6.571
Provisão para fornecedores	1	19
Arrendamento mercantil	31	6
Outros	31	6
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	5.678	(7.008)
Compensação de imposto	-	-
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	5.678	(7.008)

	2021	2020
Provisão para participação nos resultados (PLR)	55	(55)
Provisão para perda esperada - contas a receber	515	(515)

	2021	2020
Despesas/custos com serviços prestados	6.428	(a)
Imobilizado/Intangível	-	-
Despesas financeiras	1.851	(e)
Créditos com partes relacionadas	66	(f)
Fornecedores e contas a pagar	830	(a)

	2021	2020
Provisão para participação nos resultados (PLR)	941	(886)
Provisão para perda esperada - contas a receber	924	(409)
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	979	(312)
Provisão de manutenção	28.857	(11.997)
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(26.056)	6.571
Provisão para fornecedores	1	19
Arrendamento mercantil	31	6
Outros	31	6
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	5.678	(7.008)
Compensação de imposto	-	-
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	5.678	(7.008)

	2021	2020
Despesas/custos com serviços prestados	6.272	(a)
Intangível	-	-
Despesas financeiras	7.193	(g)
Créditos com partes relacionadas	66	(f)
Fornecedores e contas a pagar	511	(a)(f)
Mútuo - partes relacionadas	238.139	(g)

	2021	2020
Despesas/custos com serviços prestados	12.173	(b)
Intangível	77	(b)
Despesas financeiras	47.978	(c)
Créditos com partes relacionadas	15	(f)
Fornecedores e contas a pagar	1.339	(b)(f)
Mútuo - partes relacionadas	-	-

	2021	2020
Remuneração (j)	632	265
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	784	1.344
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado	554	191
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte (Reversão)/Complemento de provisão de PPR do ano anterior pago no ano	(40)	806
Provisão de participação no resultado	42	25
Provisão para perda esperada - contas a receber	2	3
Seguro de vida	1.342	2.369

jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR - GBS (*Global Business Services*), cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento; (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços suporte e manutenção em tecnologia da informação executados pela CCR - GBS (*Global Business Services*), cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento; (c) Contrato de prestação de serviços por empreitada a preço global, cujos pagamentos ocorrem até o 10º dia do mês seguinte; (d) Contrato de prestação de serviço por empreitada a preço estimado para execução da obra de recuperação da pista existente na BR-376 com vigência até 20 de novembro de 2019. O saldo remanescente nos dois exercícios, refere-se à caução. O Consórcio é constituído pelas empresas Andrade Gutierrez Engenharia e AG Construções e Serviços; (e) Contrato de mútuo com a acionista CCR S.A. remunerado à variação de 110,7% do CDI, com vencimento em 27 de novembro de 2021. Em 19 de maio de 2021, o saldo foi liquidado por meio de absorção de prejuízos acumulados, mediante débito à conta da acionista CCR S.A.; (f) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores; (g) o vencimento se dá no mês subsequente a emissão do documento; (g) Serviços prestados referentes a esforços de pavimento e reconstrução de pista nos trechos da rodovia BR-277 km 124 ao km 140 e BR-373 km 171 ao km 183; (h) Contrato de doação com o Instituto CCR a fim de viabilizar ações, campanhas e projetos corporativos e sociais; (i) Contrato de serviços especializados de elaboração de projetos de restauração e manutenção de pavimentos, vigentes até janeiro de 2022, cujo vencimento se dá até o 1º dia do mês subsequente a prestação do serviço; e (j) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

	2021	2020
Remuneração dos administradores (j)	632	265

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 05 de abril de 2021, foi fixada a remuneração anual dos membros da diretoria da Companhia no montante de R\$ 3.100, incluindo salário, benefícios, remuneração variável paga no ano e contribuição para seguridade social. Abaixo, apresentamos as notas relacionadas aos quadros: (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria

	2021	2020
Valor de custo	2.908	-
Móveis e utensílios	9.025	-
Máquinas e equipamentos	13.638	-
Veículos	10	-
Instalações e edificações	26	-
Terenos	32.105	-
Sistemas operacionais	1.357	5.476
Imobilizações em andamento	59.069	5.476
Total custo	632	265
Valor de depreciação	16	(2.732)
Móveis e utensílios	39	(7.955)
Máquinas e equipamentos	42	(12.032)
Veículos	33	(8)
Instalações e edificações	39	(3)
Sistemas operacionais	35	(30.027)
Imobilizações em andamento	(48.187)	(6.204)
Total depreciação	12.001	(3.280)
Total geral	516	262

	2021	2020
Valor de custo	2.969	-
Móveis e utensílios	8.770	-
Máquinas e equipamentos	14.426	-
Veículos	10	-
Instalações e Edificações	26	-
Terenos	31.471	-
Sistemas operacionais	2.516	2.924
Imobilizações em andamento	60.188	2.924
Total custo	15	(2.555)
Valor de depreciação	36	(7.091)
Móveis e utensílios	39	(11.457)
Máquinas e equipamentos	33	(5)
Veículos	39	(3)
Instalações e Edificações	31	(27.079)
Sistemas operacionais	(48.187)	(6.204)
Imobilizações em andamento	12.001	(3.280)
Total depreciação	199	(2.528)
Total geral	15	265

	2021	2020
Valor de custo	2.449.574	-
Móveis e utensílios	10.250	-
Máquinas e equipamentos	569	-
Veículos	1.088	-
Instalações e edificações	2.461.481	-
Terenos	-	-
Sistemas operacionais	-	-
Imobilizações em andamento	-	-
Total custo	(*)	(1.741.451)
Valor de depreciação	41	(8.399)
Móveis e utensílios	41	(8.399)
Máquinas e equipamentos	100	(1.087)
Veículos	-	-
Instalações e edificações	-	-
Terenos	-	-
Sistemas operacionais	-	-
Imobilizações em andamento	-	-
Total depreciação	(1.203.881)	(547.907)
Total geral	1.245.693	(1.193.544)

	2021	2020
Valor de custo	2.449.574	-
Móveis e utensílios	10.250	-
Máquinas e equipamentos	569	-
Veículos	1.088	-
Instalações e edificações	2.461.481	-
Terenos	-	-
Sistemas operacionais	-	-
Imobilizações em andamento	-	-
Total custo	(*)	(1.741.451)
Valor de depreciação	41	(8.399)
Móveis e utensílios	41	(8.399)
Máquinas e equipamentos	100	(1.087)
Veículos	-	-
Instalações e edificações	-	-
Terenos	-	-
Sistemas operacionais	-	-
Imobilizações em andamento	-	-
Total depreciação	(1.203.881)	(547.907)
Total geral	1.245.693	(1.193.544)

	2021	2020
Valor de custo	1.985.358	-
Móveis e utensílios	9.968	-
Máquinas e equipamentos	6.008	-
Veículos	1.088	-
Instalações e edificações	1.985.358	-
Terenos	-	-
Sistemas operacionais	-	-
Imobilizações em andamento	-	-
Total custo	1.985.358	442
Valor de depreciação	41	(8.399)
Móveis e utensílios	41	(8.399)
Máquinas e equipamentos	100	(1.087)
Veículos	-	-
Instalações e edificações	-	-
Terenos	-	-
Sistemas operacionais	-	-
Imobilizações em andamento	-	-
Total depreciação	(1.203.881)	(547.907)
Total geral	781.477	(547.465)

	2021	2020
Valor de custo	1.985.358	-
Móveis e utensílios	9.968	-
Máquinas e equipamentos	6.008	-
Veículos	1.088	-
Instalações e edificações	1.985.358	-
Terenos	-	-
Sistemas operacionais	-	-
Imobilizações em andamento	-	-
Total custo	1.985.358	442
Valor de depreciação	41	(8.399)
Móveis e utensílios	41	(8.399)
Máquinas e equipamentos	100	(1.087)
Veículos	-	-
Instalações e edificações	-	-
Terenos	-	-
Sistemas operacionais	-	-
Imobilizações em andamento	-	-
Total depreciação	(1.203.881)	(547.907)
Total geral	781.477	(547.465)

	2021	2020
Valor de custo	6.247	51.916
Móveis e utensílios	-	30
Máquinas e equipamentos	32.920	21.061
Veículos	39.167	73.007
Instalações e edificações	-	-
Terenos	-	-
Sistemas operacionais	-	-
Imobilizações em andamento	-	-</

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/5759-CCEE-713B-B87C> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5759-CCEE-713B-B87C



Hash do Documento

2D3EC43E1141BA6AAA0EE7DABE2B51DD9D0E68DD7CA44C47504DB8EBB93FA70B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/04/2022 é(são) :

- Wilson Souza De Oliveira (Administrador) - 324.304.009-44 em
20/04/2022 17:56 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - EDITORA DIARIO DOS CAMPOS LTDA
- 03.319.996/0001-90

